

*Sines
Alentejo
Jag
I
Diana
F*

Parecer da CMO no âmbito da Discussão Pública do Relatório do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA)

**GOVERNO “VIRA AS COSTAS”
AO DESENVOLVIMENTO DO SUDOESTE ALENTEJO**

ENQUADRAMENTO

O Governo de Portugal decidiu em 2013 criar um Grupo de Trabalho para produzir um relatório de propostas prioritárias a executar no horizonte 2020, a que chamou “Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado”, cujo documento foi recentemente divulgado e sujeito a discussão pública.

O Relatório do GTIEVA enquadra o âmbito, descreve os objectivos e produz uma lista em que o grupo de trabalho nomeado pelo Governo, presidido por José Eduardo Carvalho, identifica 30 investimentos (ferroviários, rodoviários, marítimo-portuários e aeroportuários), que segundo se afirma, são mais direccionados para a economia e com impacto a nível nacional.

Dos primeiros 15 projetos seleccionados, apenas um deles acontece na Região Alentejo, e na lista dos 30 projetos apontados, apenas 4 incidem sobre esta região, sendo 2 rodoviários e apenas com o objectivo de concluir obras suspensas cujo âmbito se propõe reduzir consideravelmente, como é o caso do IP8 entre Sines e Beja.

Analisado este Relatório do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA), somos levados a concluir do “virar de costas” do Governo ao Desenvolvimento do Sudoeste Alentejano, pois mais uma vez o troço do IC4 (Sines/Lagos) ficou de fora, e uma vez mais, a Câmara Municipal de Odemira vem demonstrar o seu descontentamento e incompreensão sobre a matéria.

A VIA DO SW (IC4)

Como é possível considerar-se prioritário em Portugal apenas 2 projetos rodoviários e o troço do IC4 (Sines/Lagos) não ser um deles?

Tratando-se o IC4 de uma obra que não só ajudaria a região e o País a desenvolver-se economicamente, permitindo uma via directa de um conjunto de mercadorias e bens a Sines e ao IP8 (e através deste à A2 e a Espanha), o crescimento da atractividade turística, para além de permitir uma ligação confortável e de menos de 1 hora de Odemira ao HLA – Hospital do Litoral Alentejano.

Será justo que Odemira continue a ser o concelho mais deficitário de todo o território nacional no que a acessibilidades regionais diz respeito?

Para quando:

- Inverter a exclusividade de desenvolvimento policêntrico do país e da região?
- Melhorar a acessibilidade intrarregional?
- Contornar as restrições inerentes a uma zona de grande sensibilidade ambiental?

- Responder ao acréscimo significativo de tráfego na Orla Costeira da zona?
- Melhorar de forma efectiva os isócronas dos tempos de percurso?
- Reforço das acessibilidades rodoviárias nesta zona?
- Melhoria da segurança e de tempos de percurso de pessoas, bens e mercadorias?
- Responder ao facto de se tratar de um território vasto com estruturação dos centros urbanos dependente da rodovia?

O Município de Odemira sempre defendeu formas de minimizar a sua condição regional periférica, bem como a tomada de medidas com o objetivo de melhorar o bem-estar, segurança, acessos a serviços essenciais e minimizar as adversidades na emergência quer da sua população como dos seus muitos visitantes e ordenar o território de acordo com os documentos estratégicos nacionais, regionais e locais.

Assim, são condições essenciais a tomada de medidas e alternativas que visem o seguinte:

- Minimizar os condicionalismos ambientais;
- Contribuir para o desenvolvimento regional desta região;
- Promover o desenvolvimento económico do Concelho de Odemira, aproximando os produtores e empresas das potencialidades dos investimentos estratégicos Aeroporto de Beja e Porto de Sines;
- Promover a atractividade territorial do Concelho de Odemira, facilitando em termos de acessibilidade rodoviária a chegada de potenciais clientes, turistas e empreendedores;
- Minimizar uma das maiores adversidades/drama dos odemirenses, o acesso aos centros hospitalares nos casos emergentes (Hospitais de Santiago do Cacém, Beja e Portimão);
- Diminuir o paradigma de interioridade do eixo S. Martinho das Amoreiras/Luzianes-Gare/Santa Clara-a-Velha/Sabóia/Pereiras-Gare;
- Promover a segurança das localidades de S. Teotónio e Odemira através de criação de circulares às referidas vilas.

AS RAZÕES

A análise dos quatro factores estratégicos há muito identificados (Complexo Portuário-Industrial de Sines, Actividade Turística, Actividades Agro-Florestais e Socioeconomia Local) cujas respostas deveriam ser garantidas para solucionar a visão de sub-região consensualizada relativamente aos principais níveis de acessibilidade, identificam claramente as necessidades de reforço que a rede deve providenciar.

No que ao Município de Odemira diz respeito, a caracterização é sintomática:

- Serviço ao Complexo Portuário-Industrial de Sines
 - ✓ *"Dificuldades nas ligações com a envolvente sub-regional sul /sudeste";*
- Serviço à Actividade Turística
 - ✓ *"Deficiente articulação entre os pólos de distribuição internacional e a frente turística litoral a sul de Sines";*
 - ✓ *"Acessibilidade muito condicionada a toda a faixa turística litoral do Alentejo";*
 - ✓ *"Reduzida articulação entre Alentejo Litoral e as centralidades do Barlavento Algarvio";*
 - ✓ *"Muito reduzida acessibilidade à frente norte da faixa litoral e constrangimentos no traço sul";*
- Serviço às Actividades Agro-Florestais
 - ✓ *"Serviço muito deficiente ao Concelho de Odemira";*

- Serviço à Socioeconomia Local
 - ✓ “Serviço muito deficiente ao Concelho de Odemira”;
 - ✓ “Relações condicionadas entre o Alentejo litoral e o Barlavento Algarvio”;
 - ✓ “Muito deficiente conectividade entre a zona sul do litoral alentejano e o pólo urbano Sines/Santiago do Cacém e V. N. Stº André”.

A Câmara Municipal de Odemira não pode ficar indiferente a este quadro e manifesta, desde já, o seu mais veemente protesto por este troço do itinerário – IC4 (Lagos/Sines), que tarda em servir esta região do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, não constar do referido relatório.

Não estamos a pedir auto-estradas ou Portos, estamos a pedir um itinerário complementar para uma zona bastante distante das grandes rodovias nacionais.

Em boa verdade, com a exclusão da conclusão do itinerário complementar do Sudoeste de Portugal (IC4) das prioridades para obras públicas, ultrapassaram-se todos os limites da evidente discriminação negativa desta região, fazendo acreditar que estas populações não têm direitos.

É hora de voltar a dizer que as pessoas do Sudoeste são pessoas com iguais direitos às restantes, devendo por isso aproveitar-se os recursos da Comunidade Europeia, que tantas imposições e directivas têm aplicado com impacto considerável na vida destas populações, para “desencravar” uma região que também tem direito ao desenvolvimento.

Há mais de 30 anos que tiveram início os primeiros estudos do prometido Itinerário Complementar 4 (IC4), que ligaria Sines a Lagos, servindo os concelhos de Odemira e Aljezur.

Por uma sequência de acontecimentos, indecisões e contradições acrescidas, por razões ambientais e políticas, a realidade rodoviária para as populações e empresas residentes e sediadas no eixo Sines-Odemira-Aljezur-Lagos espera e desespera pela almejada conclusão do IC4 que teimosamente termina em Bensafrim e aguarda pacientemente que o conclua até Sines, pese embora qualquer GPS “bem informado” indique aos condutores que já existe. Pura ilusão!

Já não chega a dificuldade nas acessibilidades locais e todas as restrições ambientais que as populações locais suportam, senão a discriminação negativa de Odemira ser o único concelho do Litoral Português a não ter uma ligação do tipo IC, apesar da sua sede se situar a mais de 45 Km da A2.

Ou seja:

Numa região onde ocorrem diariamente grandes investimentos privados nos domínios Industrial - Sines, Florestal - Odemira, Agroalimentar – Perímetro de Rega do Mira, e turísticos – em toda a região;

Numa região onde se exportam diariamente dezenas de milhões de euros de produção nacional e de produtos de valor acrescentado, e que este investimento pode e deve crescer;

Numa região onde existe um claro deficit de vias estruturantes nas ligações entre os centros produtores, os maiores centros urbanos e os grandes eixos rodoviários do País;

h
W
J
P
D
J

Numa região onde é enorme a dificuldade das pequenas e micro empresas desta zona do país, que se deslocam diariamente por necessidade de escala na procura de clientes e outros serviços;

....É evidente que a conclusão do Plano Rodoviário Nacional na região é vital para o seu crescimento económico e desenvolvimento sustentável!

Fora dos planos do Governo, e sem qualquer referência no relatório, o troço em falta para concluir o IC4, é uma via considerada por todos e muito em especial pelos empresários da região como absolutamente estruturantes, no desenvolvimento turístico, agroalimentar e na internacionalização económica da região.

CONCLUSÃO

Neste quadro, não podem estes Autarcas, deixar de rejeitar veementemente as propostas deste Relatório, pois estas apontam o "remendar" de obras estruturantes para a região, condenando ao abandono da construção do IP8 entre Sines e Beja por Auto-estrada, e ignoram o troço em falta para concluir o IC4, uma via considerada por todos como absolutamente estruturantes, no desenvolvimento económico da região.

Sublinha-se que, para além das importantes questões económicas envolvidas neste tema, não foram tidos em conta pelos autores deste estudo, encomendado pelo Governo, os importantes e indispensáveis valores da segurança e da vida humana, e os anseios naturais de quem espera há vários anos por esta via estruturante.

Por outro lado, o mesmo relatório identifica como constrangimento a fraca conservação da rede secundária, e porque ainda há um conjunto de obras de proximidade que necessitam de ser concretizadas na região, desafiamos os diferentes agentes públicos e privados a estabelecerem compromissos e prioridades no investimento em infraestruturas que terá de ser realizado através do próximo PO Regional, numa parceria com o Governo e as autarquias locais.

Este é um momento decisivo Portugal e para a nossa região. O quadro comunitário que iremos executar até 2020 é fundamental para conseguirmos implementar uma estratégia de coesão territorial que permita conferir maior competitividade aos territórios de baixa densidade populacional. Desta forma, é importante que consigamos definir uma boa estratégia de investimentos de proximidade, realista e sustentável, que seja um compromisso de todos e não uma disputa de protagonismos!

Face ao contexto descrito, proponho que a Câmara Municipal de Odemira manifeste a sua discordância, em absoluto, com o relatório apresentado recentemente pelo grupo de trabalho para as infraestruturas de valor acrescentado (GTIEVA), o qual "vira costas" ao desenvolvimento do Sudoeste Alentejano, às suas pessoas e seus empreendedores, devendo ser corrigido de forma a não continuar a esquecer e a abandonar este território.

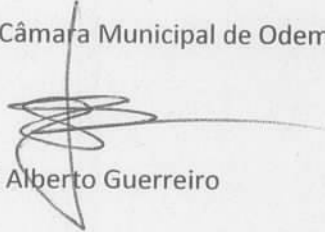
Mais, proponho, que deverá ser dado conhecimento do presente parecer e posição tomada ao público em geral, publicando-a no Site de Internet do Município, no Boletim Municipal, e em particular, às seguintes entidades:

- Presidente da República;

- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro-ministro;
- Ministério da Economia;
- Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA);
- Associações Empresariais da Região;
- Assembleia Municipal de Odemira;
- As Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de Lagos, Aljezur, Sines, Santiago do Cacém e Ourique;
- Comunidade Intermunicipal do Litoral Alentejano - CIMAL;
- Assembleia Intermunicipal da CIMAL;
- Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL;
- Assembleia Intermunicipal da CIMBAL;
- Assembleia Distrital de Beja.

Odemira, 14 de Fevereiro de 2014,

O Presidente da Câmara Municipal de Odemira,



José Alberto Guerreiro